

**ASSEMBLEIA GERAL DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**  
(24/02/2003)

**PROPOSTA RELATIVA AO PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS**

Considerando o interesse que para a sociedade poderá resultar da instituição de um novo corpo social que reforce o controlo dos procedimentos relativos à actividade prosseguida pelo Banco;

Considerando que, no quadro da emissão de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis designada “Capital BCP 2005”, foi utilizada pelo Conselho de Administração a autorização constante do artigo 7º dos estatutos para aumento do capital social, que se mostra conveniente ajustar e actualizar, designadamente quanto ao limite e período de vigência;

Considerando a oportunidade de introduzir ajustamentos em alguns outros preceitos do contrato social,

Propõe-se se delibere:

**I**

Alterar os artigos 6º, 7º, 9º, 9º-A, 9º-B, 13º, 18º, 23º, 24º e 28º-B do contrato de sociedade, que passarão a ter a seguinte redacção:

**Artigo 6º**  
**Representação do Capital Social e Emissão de Obrigações**

(.....)

2- O Banco poderá, por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, emitir obrigações ou quaisquer outros instrumentos ou valores mobiliários, designadamente representativos de dívida, que poderão revestir qualquer tipo ou modalidade que sejam ou venham a ser legalmente permitidos.

(.....)

**Artigo 7º**  
**Elevação do Capital Social**

1- O Conselho de Administração poderá, quando o julgar conveniente e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, elevar o capital social, por uma ou mais vezes, até à importância

total de aumento correspondente a dois quintos do capital social existente à data da presente autorização ou suas renovações.

(.....)

**Artigo 9º**  
( *Futuro 10º*)  
**Órgãos e Corpos Sociais**

(.....)

2- A sociedade tem ainda um Conselho Superior e um Conselho de Auditoria.

3- Quando os presentes estatutos se referem a corpos sociais consideram-se incluídos a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho Superior e o Conselho de Auditoria.

**Artigo 9º - A**  
( *Futuro 11º*)  
**ELEIÇÕES**

(.....)

2 - O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de, no decurso do mandato, ser alterado o número de membros do corpo social, até ao limite legal ou estatutário que caiba, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o estatuído na parte final do número 1; no caso de eleição suplementar, o termo do mandato dos membros assim eleitos coincide com o termo do mandato dos demais membros do corpo social em causa.

(.....)

**Artigo 9º - B**  
( *Futuro 12º*)  
**INCOMPATIBILIDADES**

1 - (.....)

a) com o exercício de funções, de qualquer natureza, por investidura em cargo social ou por contrato de trabalho, em outra instituição de crédito com sede em Portugal ou que em Portugal tenha filial ou sucursal ou sociedade com ela em relação de domínio ou de grupo;

b) (.....)

2 - (.....)

3 - Exceptuam-se do disposto nos números precedentes o exercício de funções em órgãos sociais ou a titularidade de participações em sociedades nas quais o Banco Comercial Português tenha, directa ou indirectamente, participação superior a 2%, desde que, tratando-se de exercício de cargo social, a designação haja sido efectuada com o voto do Banco ou de sociedade por si dominada, ou que um ou outra lhe exprimam o acordo.

(.....)

**Artigo 13º**  
( *Futuro 16º*)

**Constituição da Assembleia Geral**

1- Com ressalva do estabelecido no número nove, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral aqueles cuja qualidade de accionistas com direito a pelo menos um voto (incluindo o caso de agrupamento), no décimo quinto dia anterior à data para que a assembleia se encontre marcada, seja comprovada, até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao fixado para a reunião da Assembleia Geral, por forma legalmente admitida, com indicação do número de acções detidas naquele décimo quinto dia e que se mantenham na titularidade do accionista, ou os respectivos representantes.

2 a 9 - (.....)

10- (.....)

a) (.....)

b) que excedam a diferença entre os votos contáveis emitidos por outros accionistas que com o accionista em causa se encontrem e, sendo o caso, na medida em que se encontrarem, em qualquer das relações previstas nos números 14, 15 e 16 deste artigo, e 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, sendo a limitação da contagem de votos de cada accionista proporcional ao número de votos a emitir.

11 a 13 - (.....)

14- (.....)

a) a g) (.....)

h) detidos por pessoas que em relação ao interessado estejam em qualquer das situações previstas no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários ou de preceito que o venha a modificar ou substituir.

(.....)

**Artigo 18º**  
( *Futuro 21º*)  
**DELIBERAÇÕES**

(.....)

5 – As deliberações das alterações do contrato de sociedade que versem sobre o número 3 deste artigo, sobre os números 10 a 13 do artigo 16º ou sobre os artigos 12º e 39º, assim como sobre o presente número enquanto a cada um daqueles se refere, carecem de ser aprovados por três quartos dos votos emitidos excepto se limite superior deles constar.

*(Nota: Os artigos a que se faz referência neste número estão já identificados com o número que lhes corresponderá caso seja aprovada a proposta de renumeração do contrato de sociedade adiante formulada)*

**Artigo 23º**  
( *Futuro 26º*)  
**VINCULAÇÃO DA SOCIEDADE**

1 - (.....)

a) (.....)

b) um membro do Conselho de Administração em quem tenham sido delegados poderes para o acto;

c) um ou mais mandatários, nos termos e âmbito dos respectivos poderes de representação;

d) (antiga alínea e).

2 - (.....).

**Artigo 24º**  
( *Futuro 27º*)  
**Reuniões do Conselho de Administração**

(.....)

4- Sem prejuízo do disposto no número anterior, e quando no início de cada sessão seja unanimemente aprovado pelos participantes, considerar-se-ão como estando presentes os administradores que intervenham nas reuniões por recurso a meios de telecomunicação que assegurem, em tempo real, a transmissão e recepção simultâneas de voz ou de voz e imagem.

5 - (antigo nº 4)

6 - (antigo nº 5)

7 - (antigo nº 6)

8 - (antigo nº 7)

**Artigo 28º-B**  
( Futuro 33º)  
**Competência**

Compete ao Conselho Superior:

a) designar, sob proposta do respectivo presidente, os membros do Conselho de Auditoria referidos no nº 1 do artigo 35º;

b) pronunciar-se, mediante parecer, sobre as matérias referidas no número seguinte e ainda sobre todas aquelas que lhe forem submetidas pelo presidente do Conselho de Administração.

*(Nota: O artigo a que se faz referência neste número está já identificado com o número que lhe corresponderá caso seja aprovada a proposta de renumeração do contrato de sociedade adiante formulada)*

(.....)

**II**

Aditar ao contrato de sociedade um capítulo, com a seguinte redacção, sendo neste caso quer o capítulo quer os artigos indicados numerados já de acordo com a alteração que se propõe no ponto 3) desta proposta:

**CAPÍTULO VIII**  
**CONSELHO DE AUDITORIA**

**Artigo 35º**  
**Conselho de Auditoria**

1 - O Conselho de Auditoria é presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, na falta deste, por pessoa designada pelo Conselho Superior, e integra mais dois membros com perfil e experiência adequados, designados pelo Conselho Superior de entre os seus membros.

2 - Assistirão às reuniões do Conselho de Auditoria, sem direito a voto, os administradores directamente responsáveis pela áreas de auditoria interna e centro corporativo do Banco.

3 - O Conselho de Auditoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer dos seus membros, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, ou dos respectivos presidentes.

4 - Compete ao Conselho de Auditoria, sem prejuízo das competências próprias do Conselho Fiscal:

a) proceder ao acompanhamento permanente da actividade dos auditores externos da sociedade e pronunciar-se sobre a respectiva designação, exoneração e relações com a sociedade;

- b) avaliar e acompanhar os procedimentos internos relativos à recepção e ao tratamento de queixas e dúvidas relacionadas com temas contabilísticos, incluindo as oriundas de colaboradores;
- c) propor ao Conselho de Administração a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes, incluindo a contratação dos meios necessários ao seu próprio aconselhamento independente, se necessário;
- d) aprovar o respectivo regulamento.

### **III**

Aprovar, consequentemente, a nova redacção integral do contrato de sociedade, que inclui a renumeração dos artigos 8º-A e seguintes e que, devidamente corrigida de erros de impressão ou de escrita entretanto detectados, fica anexa à presente proposta.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# **ASSEMBLEIA GERAL DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**

## **ANEXO À**

### **PROPOSTA RELATIVA AO PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS**

## **CONTRATO DE SOCIEDADE** **DO** **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**

### **CAPITULO I** **DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJECTO E DURAÇÃO**

#### **Artigo 1º**

##### **NATUREZA JURÍDICA E DENOMINAÇÃO**

O Banco Comercial Português, S.A., constituído sob a forma de sociedade anónima, rege-se pelos presente estatutos e pela legislação aplicável.

#### **Artigo 2º**

##### **SEDE E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO**

1 - O Banco tem a sua sede no Porto, na Praça D. João I, 28, freguesia de Santo Ildefonso, podendo o Conselho de Administração, por simples deliberação sua, deslocar a sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2 - Por deliberação do Conselho de Administração e observadas as disposições legais pertinentes, poderá o Banco instalar no País e no estrangeiro agências, filiais, sucursais, delegações, escritórios e outras formas de representação onde e pelo tempo que entenda conveniente.

#### **Artigo 3º**

##### **OBJECTO SOCIAL**

O objecto social é constituído pelo exercício da actividade bancária, com a latitude consentida por lei.

#### **Artigo 4º**

##### **DURAÇÃO**

O Banco durará por tempo indeterminado, a contar desta data.

## **CAPITULO II**

### **CAPITAL SOCIAL, ACÇÕES, OBRIGAÇÕES E PREFERÊNCIAS DOS ACCIONISTAS**

#### **Artigo 5º**

##### **CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de 2.326.714.877 euros, integralmente realizado, correspondendo-lhe 2.326.714.877 acções do valor nominal de um euro cada.

#### **Artigo 6º**

##### **REPRESENTAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES**

1 - O capital social é representado por acções nominativas e ao portador registadas, reciprocamente convertíveis, podendo haver títulos de 1, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000, e múltiplos de 5.000 acções, até ao limite de 1.000.000 de acções por título; as acções, ou outros valores mobiliários convertíveis em acções ou que dêem direito à sua subscrição ou aquisição, poderão ainda revestir forma escritural, fazendo-se a conversão recíproca de valores titulados e escriturais nos termos e condições previstos na lei.

2 - O Banco poderá, por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, emitir obrigações ou quaisquer outros instrumentos ou valores mobiliários, designadamente representativos de dívida, que poderão revestir qualquer tipo ou modalidade que sejam ou venham a ser legalmente permitidos.

3 - A emissão de obrigações, quando se trate de emissão regida exclusivamente pelo Código das Sociedades Comerciais e pelo Código dos Valores Mobiliários e de valor nominal superior a metade do capital social, deverá ser objecto de parecer favorável do Conselho Fiscal.

4 - A sociedade pode emitir acções preferenciais sem voto, nos limites legais, remíveis com ou sem prémio, ou não remíveis.

#### **Artigo 7º**

##### **ELEVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

1 - O Conselho de Administração poderá, quando o julgar conveniente e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, elevar o capital social, por uma ou mais vezes, até à importância total de aumento correspondente a dois quintos do capital social existente à data da presente autorização ou suas renovações.

2 - O Conselho de Administração fixará as condições das novas emissões, bem como as formas e prazos em que poderá ser exercido o direito de preferência dos accionistas.

3 - O Conselho de Administração pode igualmente, sem prejuízo da competência concorrente da Assembleia Geral, emitir warrants autónomos sobre valores mobiliários próprios, podendo tais warrants conferir direito a subscrição ou aquisição de acções da sociedade até ao limite estabelecido no número um anterior.

#### **Artigo 8º**

##### **SUBSCRIÇÃO DE ACÇÕES**

1 - Na subscrição de novas acções, observar-se-á o que constar na prévia autorização da autoridade monetária e financeira.

2 - Em cada emissão de acções poderá ser deliberada a oferta à subscrição dos empregados do Banco de acções em quantidade não superior a 5% do total da emissão, segundo critérios a fixar pelo Conselho de Administração.

3 - À falta de realização tempestiva dos pagamentos relativos à subscrição de acções aplica-se o disposto no artigo 285 do Código das Sociedades Comerciais.

4 - Os antecessores do accionista faltoso serão solidariamente responsáveis nos termos da lei.



## **Artigo 9º**

### **PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E COMUNICAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES**

- 1 - A pessoa singular ou colectiva que, directa ou indirectamente, haja adquirido participação qualificada no Banco, ou aumentado participação qualificada que já possuísse, nos termos referidos no artigo 102º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto - Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, ou em preceito que o venha a modificar ou a substituir, comunicará o facto ao Conselho de Administração do Banco, no prazo de sete dias úteis a contar da aquisição, comprovando o cumprimento tempestivo dos requisitos legalmente consignados, para os efeitos do estatuído no artigo 105º do mesmo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou em preceito que o venha a modificar ou substituir.
- 2 - O Conselho de Administração transmitirá a comunicação recebida, com cópia dos elementos que a acompanhem, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e informará a Assembleia no início da primeira reunião que tiver lugar.
- 3 - No prazo fixado no número um deve também ser comunicado pelo respectivo titular ao Conselho de Administração a aquisição e alienação de participações que atinjam ou excedam o montante referido no número 2 do artigo 110º do mencionado Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou preceito que o venha a modificar ou substituir, ou o montante referido no nº 2 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários, ainda que se trate de valores não admitidos à negociação ou admitidos em mercado estrangeiro.
- 4 - A obrigação de comunicação referida no número anterior abrange também a existência de alguma das situações referidas no número 10 do artigo 16º dos estatutos e deverá ser prévia ao exercício dos direitos sociais.

## **CAPITULO III ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Artigo 10º**

#### **ÓRGÃOS E CORPOS SOCIAIS**

- 1 - São órgãos sociais:
  - a) a Assembleia Geral;
  - b) o Conselho de Administração;
  - c) o Conselho Fiscal.
- 2 - A sociedade tem ainda um Conselho Superior e um Conselho de Auditoria.
- 3 - Quando os presentes estatutos se referem a corpos sociais consideram-se incluídos a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho Superior e o Conselho de Auditoria.

### **Artigo 11**

#### **ELEIÇÕES**

- 1 - Quando a lei ou os estatutos não fixem um número determinado de membros de um corpo social, considera-se esse número estabelecido, em cada caso, pela deliberação de eleição, correspondendo ao número de membros eleitos.
- 2 - O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de, no decurso do mandato, ser alterado o número de membros do corpo social, até ao limite legal ou estatutário que caiba, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o estatuído na parte final do número 1; no caso de eleição suplementar, o termo do mandato dos membros assim eleitos coincide com o termo do mandato dos demais membros do corpo social em causa.

3 - Salvo quando haja lugar à designação de um só membro, as eleições de cada corpo social são efectuadas por listas, incidindo o voto exclusivamente sobre estas.

4 - As listas, com indicação dos accionistas proponentes, devem ser apresentadas na sede social até 30 dias antes da data fixada para a reunião da Assembleia Geral em cuja ordem do dia esteja incluída a eleição de membros dos órgãos sociais, por comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia Geral, acompanhada dos elementos mencionados no artigo 289º, nº 1, alínea d), do Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo da substituição de membros em caso de morte ou impedimento, a qual deve ser imediatamente comunicada, com os necessários elementos de informação.

## **Artigo 12º**

### **INCOMPATIBILIDADES**

1 - O exercício de funções em qualquer corpo social é incompatível:

a) com o exercício de funções, de qualquer natureza, por investidura em cargo social ou por contrato de trabalho, em outra instituição de crédito com sede em Portugal ou que em Portugal tenha filial ou sucursal ou sociedade com ela em relação de domínio ou de grupo;

b) com a titularidade, directa ou indirecta, de participação superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto em outra instituição de crédito com sede em Portugal ou que em Portugal tenha filial ou sucursal.

2 - O exercício de funções de Administrador é ainda incompatível com o exercício de funções, de qualquer natureza, por investidura em cargo social ou por contrato de trabalho, em qualquer outra sociedade comercial.

3 - Exceptuam-se do disposto nos números precedentes o exercício de funções em órgãos sociais ou a titularidade de participações em sociedades nas quais o Banco Comercial Português tenha, directa ou indirectamente, participação superior a 2%, desde que, tratando-se de exercício de cargo social, a designação haja sido efectuada com o voto do Banco ou de sociedade por si dominada, ou que um ou outra lhe exprimam o acordo.

4 - As incompatibilidades previstas nos números 1 e 2 determinam o impedimento do exercício das funções no Banco Comercial Português, para que a pessoa haja sido eleita; se o impedimento durar por seis meses, sem que lhe seja posto termo, determinam a perda do cargo.

## **Artigo 13º**

### **REMUNERAÇÕES, REGIME DE PREVIDÊNCIA E CAUÇÃO**

1 - As remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem assim os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares serão fixados por uma comissão de remunerações e previdência, composta por três accionistas e eleita em Assembleia Geral.

2 - As remunerações do Conselho de Administração podem ser constituídas por uma parte fixa e por uma parte variável, traduzida esta numa participação que não exceda os 10% dos lucros do exercício.

3 - Os Administradores terão direito a reforma, devendo as respectivas condições ser fixadas pela comissão referida no número 1 deste artigo, a qual deverá salvaguardar os direitos já adquiridos no exercício da actividade profissional anterior dos membros Administradores, e podendo ser tituladas por contrato.

4 - A caução dos Administradores é fixada em 25.000 euros, sendo os encargos de contrato de seguro substitutivo da caução suportados pela sociedade, mas apenas na modalidade de excesso relativamente ao montante mínimo exigido pela lei.

## **Artigo 14º**

### **ACTAS DAS REUNIÕES**

1 - Das reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, assim como do Conselho Superior, serão sempre lavradas actas, devidamente assinadas por todos os membros presentes, das quais constarão as deliberações tomadas e as declarações de voto discordantes, se as houver.

2 - As actas da Assembleia Geral regem-se pelo disposto na lei.

## **CAPITULO IV ASSEMBLEIA GERAL**

### **Artigo 15º**

#### **NATUREZA DA ASSEMBLEIA GERAL**

A Assembleia Geral, regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

### **Artigo 16º**

#### **CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL**

1 - Com ressalva do estabelecido no número nove, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral aqueles cuja qualidade de accionistas com direito a pelo menos um voto (incluindo o caso de agrupamento), no décimo quinto dia anterior à data para que a Assembleia se encontre marcada, seja comprovada, até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao fixado para a reunião da Assembleia Geral, por forma legalmente admitida, com indicação do número de acções detidas naquele décimo quinto dia e que se mantenham na titularidade do accionista, ou os respectivos representantes.

2 - Só será relevante a qualidade de accionista e a quantidade de acções comprovada nos termos do nº 1 que se mantenha ao tempo da reunião da Assembleia Geral.

3 - A cada 5.000 euros de capital corresponde um voto, sendo todavia transitoriamente aplicáveis os limites inferiores que forem fixados em lei imperativa.

4 - Os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

5 - Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar por outros accionistas ou pelas pessoas a quem a lei atribuir esse direito. Os accionistas que sejam pessoas colectivas serão representados por pessoa designada para o efeito.

6 - No caso da contitularidade de acções, só o representante comum poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos da lei e destes estatutos.

7 - Ao usufrutuário e credor pignoratício de acções, só pertence o direito de participar nas Assembleias Gerais, nas condições previstas nestes estatutos e na lei.

8 - Os accionistas deverão comunicar ao Presidente da Mesa, por carta recebida até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao fixado para a reunião da Assembleia Geral, o nome de quem os representa.

9 - Poderão ainda assistir às reuniões da Assembleia Geral o representante comum dos obrigacionistas e, bem assim outras pessoas cuja presença seja autorizada pelo Presidente da Mesa, podendo designadamente participar técnicos do Banco, sem direito a voto, e sob a proposta do Conselho de Administração, para esclarecimento de questões específicas que estejam em apreciação.

10 - Não serão contados os votos emitidos por um accionista por si ou através de representantes:

a) que excedam 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social;

b) que excedam a diferença entre os votos contáveis emitidos por outros accionistas que com o accionista em causa se encontrem e, sendo o caso, na medida em que se encontrarem, em qualquer das relações previstas nos números 14, 15 e 16 deste artigo, e 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, sendo a limitação da contagem de votos de cada accionista proporcional ao número de votos a emitir.

11 - As restrições estabelecidas no número anterior não abrangem os votos que um accionista emita como representante de outro ou outros, sem prejuízo da aplicação ao representado ou representados das limitações aí consignadas.

12 - Quando na Assembleia não estiver presente a totalidade do capital social, a percentagem de votos referida no número 10 deste artigo reporta-se à totalidade dos votos presentes.

13 - O exercício do direito de voto por correspondência é restrito às matérias imperativamente estabelecidas na lei.

14 - Consideram-se abrangidos para efeito da alínea b) do número 10 deste artigo, os direitos de voto:

- a) Detidos por terceiros em seu próprio nome, mas de conta do interessado;
  - b) Detidos, se o interessado for uma pessoa singular ou qualquer pessoa colectiva que não seja uma sociedade, por sociedades que dela dependam, por sociedades que com estas se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio, e, bem assim, por sociedades que se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de grupo com qualquer das antes referidas;
  - c) Detidos, se o interessado for uma sociedade, por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, por quaisquer outras sociedades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou de grupo com estas últimas;
  - d) Detidos por uma sociedade na qual o interessado, por virtude de um acordo celebrado, tenha o domínio da maioria dos direitos de voto, quer por si mesmo, quer através de sociedades que se encontrem relativamente a ele em qualquer das situações a que se referem as alíneas b) e c) ou de pessoas que actuem em seu próprio nome, mas por conta do interessado ou dessas sociedades;
  - e) Detidos por terceiro que tenha celebrado com o interessado ou com qualquer das sociedades referidas nas alíneas b), c) e d) acordo que o obrigue a adoptar, através de um exercício concertado de direitos de voto, uma política comum em relação às deliberações em Assembleia Geral, ou à gestão da sociedade em causa ou a transferir, provisória e remuneradamente, os seus direitos de voto para o interessado ou para as sociedades referidas;
  - f) Que o interessado ou qualquer outra das pessoas ou entidades referidas nas alíneas anteriores possam adquirir, por sua exclusiva iniciativa, em virtude de acordo celebrado;
  - g) Inerentes a acções detidas em penhor ou caução pelo interessado, ou depositadas junto dele, se, no primeiro caso, os respectivos direitos de voto tiverem sido transferidos para o interessado ou se, em qualquer dos casos, a este houverem sido conferidos poderes para os exercer como entender, na ausência de instruções específicas dos seus titulares.
  - h) detidos por pessoas que em relação ao interessado estejam em qualquer das situações previstas no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários ou de preceito que o venha a modificar ou substituir.
- 15 - Para os efeitos do número precedente, entende-se por sociedade dependente de uma pessoa singular, ou de uma pessoa colectiva que não seja uma sociedade, a sociedade sobre a qual o interessado pode exercer, directa ou indirectamente uma influência dominante, nos termos do artigo 21º do Código dos Valores Mobiliários, ou de preceito que venha a modificá-lo ou substituí-lo.
- 16 - Consideram-se ainda abrangidas, para os efeitos da alínea b) do n.º 10 deste artigo, em caso de oferta de aquisição, as pessoas singulares ou colectivas que, em virtude de um acordo expresso ou tácito, cooperam activamente com o oferente tendo em vista assegurar o êxito da oferta, nomeadamente através da aquisição dos valores mobiliários que dela são objecto, designadamente:
- a) As pessoas singulares ou colectivas que, por acordo com o oferente, venham a adquirir, em resultado da oferta, valores mobiliários que dela são objecto;
  - b) Se o oferente for uma sociedade, as sociedades que com ela se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo, quaisquer outras sociedades que se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo com estas últimas, e ainda, se for o caso, a pessoa singular ou pessoa colectiva de que a sociedade oferente dependa, directa ou indirectamente;
  - c) Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização do oferente, se este for uma sociedade;
  - d) As pessoas singulares ou colectivas que tenham com o oferente um contrato de sindicato de voto relativo à sociedade visada.

### **Artigo 17º**

#### **COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, competirá, em especial, à Assembleia Geral:

- a) eleger a respectiva Mesa;
- b) eleger os membros do Conselho de Administração e seu Presidente;

- c) eleger os membros do Conselho Fiscal, bem como o respectivo Presidente e deliberar quanto à conveniência de a actividade deste conselho ser complementada pelos serviços de uma sociedade auditora de contas;
- d) eleger os membros do Conselho Superior, bem como os respectivos Presidente e Vice-Presidentes;
- e) eleger os membros da Comissão de Remunerações e Previdência.

### **Artigo 18º**

#### **CONVOCAÇÃO DAS REUNIÕES E QUORUM CONSTITUTIVO**

- 1 - Salvos os demais casos previstos na lei a convocação da Assembleia Geral será feita pelo Presidente da respectiva Mesa ou por quem o substitua no prazo e pelos meios estabelecidos na lei, e, na primeira convocatória, pode desde logo ser marcada uma segunda data, com intervalo superior a 15 dias, para reunir no caso de a Assembleia não poder funcionar na primeira data marcada, aplicando-se à Assembleia que reúna na segunda data as regras relativas à Assembleia de segunda convocatória.
- 2 - A Assembleia Geral poderá deliberar validamente, em primeira convocação, quando estiverem presentes ou representados accionistas titulares de mais de um terço do capital, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3 - Quando a Assembleia Geral pretender deliberar sobre a fusão, cisão e transformação da sociedade, devem estar presentes ou representados, em primeira convocação, accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes a metade do capital social.
- 4 - Em segunda convocação a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o montante de capital que lhes couber.

### **Artigo 19º**

#### **FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES**

- 1 - A Assembleia Geral Anual reúne no prazo fixado por lei.
- 2 - A Assembleia Geral reunirá ainda sempre que o requeira qualquer outro órgão social ou accionista, nas condições impostas pelo Código das Sociedades Comerciais.
- 3 - A Assembleia Geral Anual terá a competência prevista na lei.
- 4 - As Assembleias Gerais de accionistas tratarão dos assuntos para que tenham sido convocadas, que deverão constar expressamente da convocatória.

### **Artigo 20º**

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

A Mesa da Assembleia Geral será composta por 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 2 Secretários e 2 Vice-Secretários.

### **Artigo 21º**

#### **DELIBERAÇÕES**

- 1 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.
- 2 - Salvo o disposto nos números 3 e 5, as deliberações sobre alteração do contrato de sociedade devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de accionistas presente ou representado em qualquer delas.
- 3 - As deliberações sobre fusão, cisão e transformação da sociedade devem ser aprovadas por três quartos dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, qualquer que seja o número de accionistas presente ou representado em qualquer delas.
- 4 - As abstenções não são contadas.
- 5 - As deliberações das alterações do contrato de sociedade que versem sobre o número 3 deste artigo, sobre os números 10 a 13 do artigo 16º ou sobre os artigos 12º e 39º, assim como sobre o presente número enquanto

a cada um daqueles se refere, carecem de ser aprovados por três quartos dos votos emitidos excepto se limite superior deles constar.

6 - O disposto nos números 3 e 5 deste artigo não se aplica a deliberações de fusão em que o Banco seja sociedade incorporante de sociedades de si dependentes nem a deliberações de cisão de sociedades dependentes do Banco com incorporação neste do respectivo património.

#### **Artigo 22º**

##### **LOCAL DAS REUNIÕES**

As Assembleias Gerais reunir-se-ão na sede social ou no local indicado nos anúncios convocatórios.

### **CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Artigo 23º**

##### **NATUREZA E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

A Administração da sociedade será exercida por um Conselho, composto por um número ímpar de membros, num mínimo de sete e máximo de treze, eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes.

#### **Artigo 24º**

##### **ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO**

1 - Ao Conselho de Administração compete, sem prejuízo das atribuições que por lei lhe são genericamente conferidas:

- a) gerir o Banco, praticando todos os actos e operações inseríveis no seu objecto social;
- b) adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, sempre que o entenda conveniente para a sociedade;
- c) decidir livremente, observadas as prescrições da lei, sobre a participação da sociedade no capital de sociedades com qualquer objecto e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas ou qualquer outra forma de associação de empresas;
- d) mobilizar recursos financeiros e realizar operações de crédito que não sejam vedadas pela lei;
- e) contratar os empregados do Banco, fixar os seus vencimentos, regalias sociais e outras prestações pecuniárias e exercer o correspondente poder directivo e disciplinar;
- f) constituir mandatários para o exercício de actos determinados;
- g) executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral;
- h) delinear a organização e os métodos de trabalho do Banco, elaborar regulamentos e determinar as instruções que julgar convenientes;
- i) delegar poderes nos seus membros, nos termos previstos no artigo seguinte;
- j) representar o Banco em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo contrair obrigações, propor e seguir pleitos, desistir ou transigir em processo, comprometer-se em árbitros, assinar termos de responsabilidade e, em geral, resolver acerca de todos os assuntos que não caibam na competência de outros órgãos ou serviços subalternos;
- l) designar, entre os seus membros, um ou mais Vice-Presidentes, que, pela ordem de designação, substituirão o Presidente, nas suas faltas e impedimentos, sem prejuízo das mais funções que lhes sejam cometidas pelo Conselho.

2 - Em especial compete ao Conselho:

- a) elaborar os documentos previsionais da actividade do Banco e os correspondentes relatórios de execução;
- b) deliberar ou propor fundamentalmente os aumentos de capital necessários;



c) estudar e executar o plano de expansão da rede de estabelecimentos do Banco, tendo em conta os condicionalismos legais aplicáveis.

3 - O Conselho poderá encarregar um ou mais dos seus membros da condução de determinadas actividades ou serviços do Banco.

4 - O Conselho estabelecerá as regras do seu funcionamento, incluindo a forma de suprir os impedimentos do seu Presidente.

#### **Artigo 25º**

##### **DELEGAÇÃO DE PODERES E MANDATÁRIOS**

1 - O Conselho de Administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros poderes e competências de gestão e de representação social.

2 - O Conselho de Administração poderá conferir mandatos, com ou sem a faculdade de subestabelecimento a qualquer dos membros, quadros do Banco ou a pessoas a ele estranhas, para o exercício dos poderes ou tarefas que julgue conveniente atribuir-lhes.

3 - O Conselho de Administração poderá delegar numa comissão executiva, formada por um número ímpar de Administradores, a gestão corrente da sociedade, devendo a respectiva deliberação fixar os limites da delegação, a composição da comissão executiva e o modo de funcionamento desta.

#### **Artigo 26º**

##### **VINCULAÇÃO DA SOCIEDADE**

1 - A sociedade vincula-se perante terceiros pela assinatura de:

a) dois membros do Conselho de Administração;

b) um membro do Conselho de Administração em quem tenham sido delegados poderes para o acto;

c) um ou mais mandatários, nos termos e âmbito dos respectivos poderes de representação;

d) nos actos de mero expediente, qualquer dos membros do Conselho de Administração, ou procurador com poderes bastantes.

2 - Os instrumentos contratuais a que se refere o número 3 do artigo 13 devem respeitar os termos da deliberação da comissão prevista no número 1 do mesmo preceito.

#### **Artigo 27º**

##### **REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1 - O Conselho de Administração reunirá obrigatoriamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por outros dois Administradores.

2 - As reuniões terão lugar na sede social, se outro lugar não for escolhido por conveniência do Conselho.

3 - O Conselho de Administração só poderá validamente deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus membros.

4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, e quando no início de cada sessão seja unanimemente aprovado pelos participantes, considerar-se-ão como estando presentes os Administradores que intervenham nas reuniões por recurso a meios de telecomunicação que assegurem, em tempo real, a transmissão e recepção simultâneas de voz ou de voz e imagem.

5 - As deliberações do conselho de Administração, para serem válidas, deverão ser tomadas pela maioria dos membros presentes;

6 - Em caso de empate nas votações, o Presidente, ou quem o substituir, terá voto de qualidade.

7 - Os Administradores podem fazer-se representar nas reuniões por outro Administrador mediante carta dirigida ao Presidente para cada reunião.

8 - É admitida qualquer forma de convocação das reuniões do Conselho de Administração, pelo respectivo Presidente ou quem o substitua, incluindo a convocação verbal.

## **CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL**

### **Artigo 28º**

#### **FISCALIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS DO BANCO**

- 1 - A fiscalização dos negócios sociais, sem prejuízo da competência que cabe ao Banco de Portugal, será exercida, nos termos da lei, por um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um ou dois suplentes, reelegíveis por uma ou mais vezes, e o seu mandato é de três anos.
- 2 - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal designará o respectivo Presidente.

### **Artigo 29º**

#### **AUDITORIA DAS CONTAS**

- 1 - A Assembleia Geral pode cometer a uma sociedade de auditores a verificação das contas da sociedade, sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal.
- 2 - Ao Conselho Fiscal será dado conhecimento dos relatórios apresentados pelos auditores.

### **Artigo 30º**

#### **REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL**

- 1 - O Conselho Fiscal reúne ordinariamente nos prazos estabelecidos por lei e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.
- 2 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros, devendo os que delas discordarem exarar em cada acta os motivos da discordância.
- 3 - No caso de empate nas votações, o Presidente tem voto de qualidade.

### **Artigo 31º**

#### **PRESENÇA NAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho Fiscal, sempre que o julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração, sem direito de voto.

## **CAPÍTULO VII CONSELHO SUPERIOR**

### **Artigo 32º**

#### **Composição**

- 1 - O Conselho Superior é composto por um número de membros não inferior a onze, incluindo os membros referidos no número seguinte.
- 2 - São, por inerência, membros do Conselho Superior o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Fiscal.
- 3 - Os restantes membros do Conselho Superior serão accionistas, eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos, e reelegíveis uma ou mais vezes, podendo também o próprio Conselho Superior, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, cooptar novos membros, nos casos de vacatura ou de deliberação de alargamento da sua própria composição, aplicando-se para o efeito o disposto no n.º 2 do artigo 11º e ficando a cooptação sujeita a ratificação na Assembleia Geral seguinte.
- 4 - Poderão ser eleitos membros suplentes do Conselho Superior, em número não excedente ao dos membros efectivos, substituindo estes nas suas faltas ou impedimentos definitivos por chamada do conselho e pela ordem por que tiverem sido eleitos, salvo o disposto no número anterior.
- 5 - O Conselho Superior terá um Presidente, com voto de qualidade em caso de empate, e um ou mais Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral.



6 - Os Vice-Presidentes substituem o Presidente pela ordem em que foram eleitos.

### **Artigo 33º**

#### **COMPETÊNCIA**

1 Compete ao Conselho Superior:

a) designar, sob proposta do respectivo Presidente, os membros do Conselho de Auditoria referidos no nº 1 do artigo 35º;

b) pronunciar-se, mediante parecer, sobre as matérias referidas no número seguinte e ainda sobre todas aquelas que lhe forem submetidas pelo Presidente do Conselho de Administração.

2 - São obrigatoriamente submetidas à apreciação do Conselho Superior as propostas de deliberação do Conselho de Administração respeitantes a:

a) política geral de gestão;

b) plano de actividades e orçamentos e planos de investimentos anuais;

c) cooptação de Administradores;

d) pedido de convocação de Assembleia Geral e propostas ou relatórios a submeter a esta;

e) relatório de gestão e contas anuais;

f) extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade e modificações importantes na organização da empresa;

g) mudança de sede;

h) aumentos de capital social;

i) projectos de cisão, fusão e transformação da sociedade.

3 - O Conselho de Administração, através do seu Presidente, prestará ainda ao Conselho informação trimestral sobre a evolução dos negócios sociais.

### **Artigo 34º**

#### **FUNCIONAMENTO**

1 - O Conselho Superior reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou, obrigatoriamente, quando lhe for solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por um número de membros que corresponda, pelo menos, a um quinto do total, e deverá reunir, no mínimo, uma vez por trimestre.

2 - O Conselho adoptará um regimento interno, que regerá o seu funcionamento e articulação deste com o do Conselho de Administração.

3 - O regimento poderá estabelecer limite de idade para exercício de funções, com cessação destas quando ocorra.-

4 - Os membros do Conselho Superior estão vinculados a sigilo relativamente às matérias examinadas nas reuniões do mesmo.

## **CAPÍTULO VIII**

### **CONSELHO DE AUDITORIA**

### **Artigo 35º**

#### **Conselho de Auditoria**

1 - O Conselho de Auditoria é presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, na falta deste, por pessoa designada pelo Conselho Superior, e integra mais dois membros com perfil e experiência adequados, designados pelo Conselho Superior de entre os seus membros.

2 - Assistirão às reuniões do Conselho de Auditoria, sem direito a voto, os Administradores directamente responsáveis pela áreas de auditoria interna e centro corporativo do Banco.

3 - O Conselho de Auditoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer dos seus membros seus, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, ou dos respectivos Presidentes.

4 - Compete ao Conselho de Auditoria, sem prejuízo das competências próprias do Conselho Fiscal:

- a-) proceder ao acompanhamento permanente da actividade dos auditores externos da sociedade e pronunciar-se sobre a respectiva designação, exoneração e relações com a sociedade;
- b-) avaliar e acompanhar os procedimentos internos relativos à recepção e ao tratamento de queixas e dúvidas relacionadas com temas contabilísticos, incluindo as oriundas de colaboradores;
- c-) propor ao Conselho de Administração a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes, incluindo a contratação dos meios necessários ao seu próprio aconselhamento independente, se necessário;
- d) aprovar o respectivo regulamento.

## **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

### **Artigo 36º ANO SOCIAL**

O ano social coincide com o ano civil.

### **Artigo 37º APLICAÇÃO DE LUCROS**

1 - Os lucros líquidos apurados no balanço anual terão a aplicação que a Assembleia Geral determinar, deduzidas as verbas que por lei especial tenham que destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva e de garantia.

2 - Em cada exercício deverá ser constituída uma reserva para estabilização de dividendos, até ao limite que a Assembleia Geral determinar.

3 - A Assembleia Geral delibera livremente por maioria simples em matéria de distribuição dos lucros do exercício, sem sujeição a qualquer distribuição obrigatória.

4 - A Assembleia Geral poderá fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados, competindo ao Conselho de Administração fixar os critérios dessa distribuição.

### **Artigo 38º LITÍGIOS E FORO COMPETENTE**

Para todos os litígios que oponham o Banco aos accionistas, seus herdeiros ou representantes, emergentes ou não destes estatutos, fica estipulado o foro da comarca da sede, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Artigo 39º DISSOLUÇÃO DO BANCO**

O Banco só se dissolverá nos casos previstos na lei ou mediante deliberação tomada em Assembleia Geral por maioria representativa de 75% do capital realizado, observados que sejam os condicionalismos legais aplicáveis.

### **Artigo 40º DERROGAÇÃO DE DISPOSIÇÕES SUPLETIVAS**

Os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais podem ser derogados por deliberação em Assembleia Geral dos Sócios.